

DESVIO DAS CAATINGAS: UM PANORAMA DA PAISAGEM URBANA NA PRIMEIRA REPÚBLICA

A DETOUR IN THE DESERT: AN OVERVIEW OF THE URBAN LANDSCAPE IN THE FIRST REPUBLIC

João Pedro de Carvalho¹

Resumo: Este artigo desenha um panorama da paisagem urbana brasileira ao final do Império e início da Primeira República, de modo a elucidar, a partir de uma análise social, política e econômica, a incorporação de figuras contraditórias na literatura. Dessa forma, ao questionar diferentes imagens que propõe o antagonismo do arcaico e do moderno enquanto constantes temáticas – o que é presente em obras de Euclides da Cunha, Manuel Bandeira, Oswald de Andrade, João do Rio e Aloísio de Azevedo, como exemplos –, constata-se a oposição entre os núcleos urbanos burgueses e os territórios marginalizados ou entre uma sociedade moderna e outra com traços coloniais, assim como se critica o problema da modernização autoritária no Brasil.

Palavras-chave: Literatura brasileira; República Velha; Euclides da Cunha; Rio de Janeiro; Literatura e História.

Abstract: This article draws an overview of the Brazilian urban landscape at the end of the Empire and the beginning of the First Republic, in order to elucidate, from a social, political and economic analysis, the incorporation of contradictory figures in the literature. In this way, when questioning different images that propose the antagonism of the archaic and the modern as constant themes – what is present in the works of Euclides da Cunha, Manuel Bandeira, Oswald de Andrade, João do Rio and Aloísio de Azevedo –, it is perceived the opposition between the bourgeois urban centers and marginalized territories or between a modern society and another with colonial traits, as well as the problem of authoritarian modernization in Brazil.

Keywords: Brazilian literature; Old Republic; Euclides da Cunha; Rio de Janeiro; Literature and History.

¹ Mestre em Estudos Literários pela Universidade Federal de Minas Gerais – Brasil. Doutorando em Estudos Literários na Universidade Federal de Minas Gerais – Brasil. Bolsista FAPEMIG. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-4745-3133>. E-mail: joaopedro15822@gmail.com.

O cavalo e a carroça

Estavam atravancados no trilho

E como o motorneiro se impacientasse

Porque levava os advogados para os escritórios

Desatravancaram o veículo

E o animal disparou

(Oswald de Andrade)

O cacto tombou atravessado na rua,

Quebrou os beirais do casario fronteiro,

*Impediu o trânsito de bonde, automóveis,
carroças,*

*Arrebentou os cabos elétricos e durante vinte
e quatro horas privou a cidade de iluminação
e energia:*

- Era belo, áspero, intratável.

(Manuel bandeira)

A fim de alegorizar a realidade sociológica do Brasil, dois poemas modernistas – “Pobre alimária” (1925), de Oswald de Andrade, e “O cacto” (1930), de Manuel Bandeira – justapõem imagens dialéticas. Em ambos os textos, figuras, como as da carroça e do bonde, do cacto e do poste de energia, coexistem e se antagonizam. Conforme observou Roberto Schwarz (1999, p. 15) acerca do poema de Oswald, há ali mundos, tempos e classes sociais contrastantes, postos em oposição. Todavia, em nenhum dos textos nos é apresentada a possibilidade de síntese, de modo que, no caso de “Pobre Alimária”, o mundo rústico, sertanejo e colonial permeia com naturalidade e equilíbrio o mundo moderno, urbano e burguês. Já a respeito do poema de Bandeira, a queda do cacto impede o trânsito, arrebenta os cabos elétricos e priva, por vinte e quatro horas, a cidade de iluminação e energia; o que não finda, mas exacerba as contradições entre os dois mundos.

De modo a evidenciar esse conflito, o poeta recifense integra à paisagem urbana a figura da planta agreste, que evoca a paisagem do seco nordeste e das caatingas. Contudo, entre o citadino e o sertanejo, Bandeira evoca também figuras clássicas que parecem deslocadas do contexto histórico tematizado pelo poema, como as tragédias de Laocoonte e de Ugolino. Tal discrepância, porém, inspira uma interpretação historicizante, a exemplo dos comentários de Walter Benjamin (2015, p. 51) acerca do poema “Le Cygne”, de Charles Baudelaire, em cujo cenário também concorrem imagens antagônicas e anacrônicas, como as de Andrômaca e de um carrossel ou da antiga Tróia e do moderno Louvre.

Segundo o filósofo alemão (2015, p. 51), na origem dos poemas de Baudelaire sobre Paris está a ideia da transitoriedade das grandes cidades. Essa transitoriedade, desde o começo dos anos de 1850, constituía parte do imaginário da população parisiense, dado o contexto das reformulações urbanísticas comandadas pelo Barão de Haussmann, que promoveu um grande saneamento da metrópole. A figura antiga de Andrômaca, portanto, em relação à Paris moderna, expressa a percepção do contraditório e, por isso, é evocada pelo poeta francês na circunstância de transformação/destruição da sua cidade natal. De forma semelhante, Laocoonte e Ugolino, no poema de Bandeira, assim como o próprio cacto – que, em seu grotesco e sublime gesto de desfalecimento, se aproxima da imagem trágica do cisne baudelaireano – são evocados em função do momento histórico quando o Brasil moderno, capitalista e urbano se antagoniza ao Brasil rural, pobre e sertanejo.

Procedimento semelhante também foi mobilizado por Euclides da Cunha. A fim de exprimir as contradições nacionais em um contexto de mudanças econômicas, políticas e culturais, em *Os Sertões*, o jornalista fluminense valeu-se de imagens dialéticas nas quais o antigo confronta o novo, como ao designar o arraial de Belo Monte como uma “Tróia de taipa”. Esta alcunha não possuía, apenas, a finalidade de caracterizar, ao mesmo tempo, a rusticidade e a resistência dos sertanejos, como também exprimia o contexto de

transformação/destruição originado na contradição entre os locais, correspondentes aos troianos, e as forças invasoras vindas das cidades, o exército aqueu. A imagem homérica, portanto, é alegoria para o antagonismo entre Belo Monte e as metrópoles além-sertão, as quais os canudenses denominavam “terras grandes”. Por meio deste termo, segundo aponta Euclides da Cunha (1984, p. 201) em nota de rodapé, os sertanejos nomeavam o litoral distante e seus centros político-econômicos, assim como as grandes cidades do mundo ocidental: as “terras grandes abrangem o Rio de Janeiro, a Bahia, Roma e Jerusalém — que idealizam próximas umas das outras e muito afastadas do sertão. É o resto do mundo, a civilização inteira, que temem e evitam”.

Como evidencia o excerto acima, o sertão o qual Euclides estetiza não pode ser concebido à parte da cidade, isto é, das “terras grandes”, mas em relação dialética. O que é dizer que o meio citadino e o sertanejo se opõem, sim, e, justamente por se oporem, constituem uma mesma relação de adversidade. Outro exemplo desse antagonismo (em cuja divergência os extremos se aproximam, ainda que por contraste) é presente na obra quando se comenta a ocupação humana e a organização do trabalho no interior nordestino. Conforme constatou o jornalista fluminense (CUNHA, 1984, p. 54), estes se estruturam a partir da contradição existente entre a classe dos vaqueiros, cujos integrantes residem e laboram no campo, e a dos terratenentes, que, por estarem domiciliados na costa, muitas vezes nem sequer visitaram suas propriedades ao longo da vida. Desse modo, a relação de domínio do meio urbano sobre o meio rural, na qual o vaqueiro serve a um sujeito anônimo das “terras grandes”, conforma o sistema social e produtivo de ambos os territórios.

Além disso, segundo os comentários de Erivaldo Neves (2007, p. 9) em *Caminhos do Sertão: ocupação territorial, sistema viário e intercâmbio coloniais dos sertões da Bahia*, pode-se inferir que o próprio conceito de “sertão” é construído sob o ponto de vista dos habitantes das cidades litorâneas e em relação a elas. Isto porque o termo, por expressar a ideia de uma região

recôndita, traz consigo a noção da distância entre dois espaços. Logo, no contexto de colonização, o lugar sertanejo foi caracterizado como longínquo por ter sido definido pelo ponto de vista daqueles instalados nos centros hegemônicos; ou seja, nas metrópoles européias e nas capitais litorâneas do Brasil. Sob essa lógica, em *A cidade das letras*, Ángel Rama (2015, p. 33) assera que o confronto entre o Exército brasileiro e os sertanejos tratou-se de uma expressão da contradição entre o sentimento de urbanidade (na América Latina, as cidades do litoral, portuárias, eram o receptáculo das fontes culturais europeias, isto é, do que era entendido por “civilização” de acordo com a mentalidade ocidental) e os demais territórios do país que não exerciam essa articulação com a Europa. Os sertões, por esse motivo, eram tidos como um vasto território sobre o qual as normas civilizatórias (culturais e econômicas) deveriam ser impostas. Logo, o desenvolvimento, por parte de Bandeira, Oswald e Euclides da Cunha, de espaços onde as figuras do poste de energia e do cacto, do bonde e da carroça ou do mundo moderno e de Tróia se encontram (como se o meio rural, em relação ao meio urbano, fosse tanto uma terra estrangeira quanto um tempo primitivo) expressa a coexistência de distintos sistemas produtivos e políticos no interior de um mesmo país, e cuja relação, embora violenta e trágica, é naturalizada.

Euclides da Cunha, sob essa lógica, no subcapítulo “A rua do Ouvidor e as Caatingas”, tanto antagoniza quanto aproxima os territórios urbano e sertanejo uma vez que, para ele, as contradições entre o Brasil moderno e o arcaico residem, com efeito, em uma mentalidade (grosseira e violenta) comum. Tal hipótese, segundo o próprio autor, pode ser exemplificada pelo episódio quando moradores do Distrito Federal, o mundo moderno, insuflados com a revolta nos sertões baianos, o mundo colonial, invadiram e incendiaram redações de jornais monarquistas, pois criam ser o povoado conselheirista uma empresa revolucionária a favor da restauração do Império e, desse modo, um foco de contestação da novíssima República, da civilização, do positivismo, da

burguesia liberal, da cidade letrada ou, somente, da cidade. Dada a selvageria dos cariocas – não apenas no ato de queimar os estabelecimentos, mas também no raciocínio obtuso de pensar Belo Monte como um projeto financiado pela coroa e pelo capital estrangeiro para conspirar contra a República e, pior ainda, por intercederem pelo massacre dos camponeses –, escreveu Cunha que o sertanejo tinha, nas cidades, parceiros porventura mais perigosos. E, por esse motivo, “a rua do Ouvidor valia por um desvio das caatingas” (1984, p. 159).

Em virtude das contradições entre o sertão e as cidades, para uma melhor compreensão do primeiro, faz-se imprescindível, também, a análise do ambiente urbano na época de Euclides da Cunha. Dessa forma compreenderemos como, no contexto urbano, o mundo colonial modernizou seus sistemas produtivos e, conseqüentemente, seus sistemas políticos e costumes, e como, em seguida, estas cidades violentamente se opuseram ao território sertanejo, pois o identificaram como rústico e ultrapassado. E podemos cumprir esta investigação, agora, focalizando a própria Rua do Ouvidor, que foi apontada pelo jornalista em *Os Sertões* por ser um importante espaço de comércio e intercâmbio cultural no Rio de Janeiro do século XIX. Para tanto, mobilizemos as crônicas de Joaquim Manuel de Macedo (pertencentes ao livro *Memórias da Rua do Ouvidor*, publicado em 1878) que utilizam como cenário este logradouro e têm a finalidade de narrar as transformações políticas, econômicas, sociais e culturais do Rio de Janeiro ao longo do período colonial.

Esses relatos, que se iniciam com a invasão portuguesa e perpassam diferentes fatos históricos, como a resistência dos colonizadores às investidas de Villegaignon, de Bois-le-Comte e à criação da França Antártica, têm desfecho no momento quando o Rio de Janeiro finalmente se rendeu, no século XIX, à cultura francesa. Em outras palavras, quando se rendeu à modernidade capitalista. E esta se expressa, no romance de Macedo sobre a Rua do Ouvidor, na instalação de comércios estrangeiros por ali, cujas tendências mudaram a

mentalidade e os hábitos da burguesia carioca. Dessa forma, as *boutiques* francesas, a “rainha despótica que traz para o rígido verão do nosso Brasil as modas do inverno de Paris” (MACEDO, 2005, p. 106), assim como as charutarias, os cafés e as perfumarias, servem de símbolo para a aproximação cultural do Rio com os principais centros europeus, para a formação de uma burguesia nacional e de uma pólis nos trópicos. Logo, a obra de Macedo, que acompanha a cidade desde a colonização, a escravidão e o genocídio indígena e desagua nas opulências e frivolidades do século XIX, trata-se de uma narrativa literária, com fundo histórico-sociológico, para o parto da modernidade no Brasil.

Todavia, apesar dos elogios de Macedo ao logradouro onde a burguesia da capital vaidosamente se inteirava das tendências parisienses, a inserção da cidade no mundo moderno é um tanto mais complexa e controversa do que a perspectiva do romancista acerca dos passeios da classe dominante em *boutiques*, cafés e charutarias. Isto é, enquanto Macedo (convenientemente) aborda a faceta das transformações culturais, devemos também observar alguns aspectos da infraestrutura econômica do Brasil naquele período – tais quais a abolição da escravatura, a importação de grandes contingentes de trabalhadores assalariados, a acentuada urbanização e os princípios da industrialização da cidade – de modo a constatar por qual razão, na virada do século, o Rio se modernizava.

Para tanto, façamos uma leitura de *Bestiizados*, investigação do historiador José Murilo de Carvalho acerca do Distrito Federal nos primeiros anos da República. Segundo ele (2019, p. 43), no que se refere aos princípios ordenadores do arranjo político e social, as transformações modernizantes, de caráter liberal, já haviam sido implantadas pelo regime imperial. Isto é, a Constituição promulgada em 1824 garantia a liberdade de pensamento e de manifestação; a iniciativa da Lei de Terras de 1850 organizava a propriedade rural privada no país; enquanto a abolição da escravatura, que teve início com a lei Eusébio de Queirós, também de 1850, incentivava o emprego de

trabalhadores assalariados. Contudo, a estrutura fixa do Império era um empecilho para o dinamismo dos setores burgueses. E, por esse motivo, a deposição da figura austera e patriarcal do velho imperador, que veio a ocorrer no golpe militar efetivado em 1889, significaria a emancipação e a culminância da sensação de liberdade dos que seriam, simbolicamente, seus filhos (CARVALHO, 2019, p. 26).

A proclamação da República, porém, pouco expandiu ou aperfeiçoou os direitos civis e políticos. Permaneciam impedidos da condição cidadã as mulheres e os pobres (no caso destes, seja pela renda, seja pela exigência de alfabetização). Além disso, com o golpe, é plausível assertar que houve retrocessos no que se refere a direitos sociais (CARVALHO, 2019, p. 45), dado que a constituição republicana retirava a obrigação do governo de fornecer instrução primária e exigia, ao mesmo tempo, para se obter o direito ao voto, a alfabetização. Desse modo, como declara José Murilo de Carvalho (2019, p. 45), por meio de disposições discriminatórias, as mudanças (liberais, mas profundamente antidemocráticas) efetuadas pelos vitoriosos no golpe de 1889 entregaram o governo mais diretamente nas mãos dos setores hegemônicos, tanto rurais quanto urbanos, favorecendo as classes dominantes.

Além disso, outros problemas comprometiam as expectativas de que a instauração da República significaria a superação da condição colonial e, assim, garantiria avanços sociais no país. Por exemplo, a ausência de políticas compensatórias voltadas à população negra ao fim do regime escravocrata provocou o êxodo de subempregados e desempregados para as cidades (CARVALHO, 2019, p. 16). O exorbitante crescimento demográfico (a população do Rio de Janeiro quase dobrou entre 1872 e 1890, passando de 266 mil a 522 mil) também ocorreu em virtude da importação de mão de obra estrangeira, que deveria substituir o trabalho negro no país. Ademais, a ampliação da oferta de trabalhadores acirrava a luta pelos escassos empregos disponíveis (CARVALHO, 2019, p. 21) e, como consequência disso, os salários eram

reduzidos. Restava a muitos, então, o trabalho informal, como o de jornaleiro, de doméstica e outros ofícios mal remunerados, os trabalhos sem ocupação fixa, os “bicos”, ou a atuação em serviços considerados ilegais (CARVALHO, 2019, p. 17). Deve-se somar a isto, também, a existência de um grande contingente de desocupados e de menores abandonados na capital do Brasil, o que resultava no aumento da criminalidade, da desordem, da vadiagem, da embriaguez e do jogo (CARVALHO, 2019, p. 18).

Em oposição ao cenário pomposo observado na Rua do Ouvidor por J. M. de Macedo, J. M. de Carvalho (2019, p. 18) enumera, em sua investigação historiográfica, personagens do lumpemproletariado carioca tais como

ladrões, prostitutas, malandros, desertores do Exército, da Marinha e dos navios estrangeiros, ciganos, ambulantes, trapeiros, criados, serventes de repartições públicas, ratoeiros, recebedores de bondes, engraxates, carroceiros, floristas, bicheiros, jogadores, receptadores, pivetes (a palavra já existia). E, é claro, a figura tipicamente carioca do capoeira, cuja fama já se espalhara por todo o país e cujo número foi calculado em torno de 20 mil às vésperas da República. Morando, agindo e trabalhando, na maior parte, nas ruas centrais da Cidade Velha, tais pessoas eram as que mais compareciam nas estatísticas criminais da época [...].

A criminalidade e a violência na sociedade carioca tornaram-se tema literário para João do Rio, proeminente cronista do Distrito Federal na virada do século. Em “A Galeria Superior”, de 1905, descreve-se um presídio carioca, onde estavam encarcerados duzentos e trinta e oito detentos. “Nos cubículos há, às vezes, dezenove homens condenados por crimes diversos, desde os defloradores de senhoras de dezoito anos até os ladrões assassinos. A promiscuidade enjoa” (RIO, 2008, p. 203). Contudo, além dos facínoras, nota-se entre os presidiários também um extrato da classe trabalhadora, como os operários, assim como os imigrantes e os jovens. Ademais, em uma outra crônica também de 1905, o autor dá-se conta de um presídio feminino. Desse modo, em tom crítico, João do Rio denuncia a situação do proletariado no Rio

de Janeiro do *fin de siècle*: “chega a revoltar a inconsciência com que a sociedade esmaga as criaturas desamparadas” (RIO, 2019, p. 203).

Em *O Capital*, Karl Marx (2011, p. 516-529) demonstra as relações existentes entre o desenvolvimento da economia capitalista na Inglaterra, a configuração de uma nova classe proletária, a criminalização da sua pobreza e, conseqüentemente, o surgimento de uma política de encarceramento dos desocupados. Isto é, para ele (MARX, 2011, p. 520), o sistema de justiça criminal se origina do contexto dos *Enclosure acts*²; ou seja, no processo de acumulação primitiva do capital que se deu com o advento da propriedade privada na Inglaterra. Na transição do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista, os camponeses, uma vez expulsos das terras, deslocaram-se para as cidades. E nestes lugares, desprovidos da tradição e da perícia para trabalhar como assalariados nas manufaturas e na indústria incipiente, viviam como mendigos, famintos, vadios e ladrões.

Para proteger a propriedade e controlar “os vagabundos incorrigíveis e perigosos” (MARX, 2011, p. 525), o rei Jaime I determinou que os erradios e os praticantes da mendicância fossem declarados criminosos. Como consequência disso, os juízes de paz teriam autorização para mandar açoitá-los em público e encarcerá-los, na primeira ocorrência, por 6 meses, e na segunda, por 2 anos. Além disso, os reincidentes deveriam ser marcados a ferro e condenados a trabalho forçado (MARX, 2011, p. 525). Dessa forma, conclui Marx (2011, p. 526) que

a população rural, depois de ter sua terra violentamente expropriada, sendo dela expulsa e entregue à vagabundagem, viu-se obrigada a se submeter, por meio de leis grotescas e terroristas, e por força de açoites, ferros em brasa e torturas, a uma disciplina necessária ao sistema de trabalho assalariado.

² A lei de cercamento de terras, que a partir do século XVII estabeleceu, na Inglaterra, o direito de propriedade sobre a terra anteriormente de uso comum.

O mesmo parece se aplicar ao contexto do final do século XIX, no Brasil. A Lei de Terras de 1850, que organizou a propriedade privada no país, a Abolição seguida pelo despejo de antigos escravizados nas cidades, onde viviam como desocupados ou sem ocupação fixa, a queda da aristocracia colonial e a ascensão da burguesia urbana e industrial trouxeram como consequências o aumento da criminalidade e, portanto, as iniciativas coercivas, violentas e desumanas da classe detentora dos meios de produção para proteger a propriedade e exercer controle sobre as massas pobres, famintas e violentas. Dessa forma, a partir dos estudos de Marx sobre o processo de acumulação primitiva do capital na Inglaterra, observa-se como as questões da vadiagem e da criminalidade no Brasil, que já eram presentes na Colônia, são ampliadas e reproduzidas com a modernização.

Mais um problema da sociedade carioca dessa época, também decorrente do aumento demográfico, era a falta de moradias, tanto em termos de quantidade quanto de qualidade (CARVALHO, 2019, p. 19). Especialmente em relação à qualidade, a carência de saneamento urbano, de abastecimento de água e de higiene propiciavam surtos epidêmicos de varíola, malária, tuberculose e febre amarela. Soma-se a estas doenças a febre especulativa.

A emissão descontrolada de papel moeda sem lastro por parte do governo – fenômeno econômico conhecido como Encilhamento³ – provocou, ao final do século XIX, a escandalosa cobiça por “dinheiro a todo custo” (CARVALHO, 2019, p. 26). De acordo com Carvalho (2019, p. 26), verificou-se, na época, “uma vitória do espírito do capitalismo desacompanhado da ética protestante” e, da especulação financeira predatória, surgiram novos ricos. Como consequência disso, devido à queda do câmbio e ao aumento da demanda

³ Tematizado em sortidas obras literárias, como na peça “O tribofe” (1891), de Artur Azevedo, e no romance “A falência” (1987), de Júlia Lopes de Almeida.

por produtos importados (que abrangiam quase tudo) por parte da classe emergente, houve o acentuado encarecimento das mercadorias. Já em 1892, a inflação – fenômeno econômico que impacta, sobretudo, os mais pobres – duplicava os preços (CARVALHO, 2019, p. 20).

Em decorrência de todos os problemas acima apontados, o encanto inicial com a República cedeu espaço à decepção e ao desânimo. O que se seguiu foram as revoltas. Os militares, atores do golpe de 1889, julgavam-se donos e salvadores da pátria, com o direito de intervir assim que lhes parecesse conveniente; à vista disso, rebelavam-se quartéis, regimentos, fortalezas, navios, a Escola Militar e os generais brigavam entre si, o Exército brigava com a Armada e a polícia brigava com o Exército (CARVALHO, 2019, p. 22). Dentre os levantes militares ocorridos no Distrito Federal, destacam-se a Revolta da Armada (1891-1894), promovida por marinheiros que, reivindicando melhor remuneração e maior participação política, bloquearam o porto e bombardearam partes da cidade; e a Revolta da Chibata (1910), também empreendida por marinheiros. Esta sublevação é simbólica para pensarmos a contrastante coexistência do moderno e do colonial no Brasil, pois se origina no contexto em que, enquanto o governo modernizava a esquadra e importava do Reino Unido navios de guerra com tecnologia avançada, marinheiros (que eram, sobretudo, rapazes pobres e negros) exigiam o fim de punições físicas, das chibatadas, na Marinha.

Além dos levantes militares, há que se mencionar as sublevações populares, como a Revolta da Vacina, bem como a organização de movimentos operários na Primeira República, como as associações anarquistas, comunistas (Euclides da Cunha, aliás, afeiçoou-se às ideias de Karl Marx) e sindicalistas. Estas organizações de classe, nas quais se sobressai a presença de trabalhadores estrangeiros, por motivos políticos e pela incrementação do seu poder aquisitivo, promoveram greves, paralisando a rede ferroviária e o porto (CARVALHO, 2019, p. 23). Como consequência disso, a República mostrou sua

face intolerante e violenta, articulando as forças repressivas da polícia para perseguir, prender e expulsar anarquistas estrangeiros e capoeiras negros (CARVALHO, 2019, p. 23-24).

Exemplo literário da enérgica coerção do Estado sobre a população pobre do Rio de Janeiro é apontado por J. M. de Carvalho em *O Cortiço*, romance publicado em 1890 por Aluísio de Azevedo, no trecho quando a comunidade com vida e leis próprias (CARVALHO, 2019, p. 39) deve se organizar para impedir a invasão policial.

Frente à polícia, dono e moradores se uniam, pois estava em jogo a soberania e a honra da pequena república. Cortiço em que entrava polícia era cortiço desmoralizado. É profundamente irônico e significativo que a república popular do cortiço se julgava violada, derrotada, quando lá entrava o representante da república oficial. No romance, o cortiço consegue evitar a entrada da polícia, mas na vida real, dois anos após a publicação do livro, o cortiço Cabeça de Porco seria destruído em autêntica operação militar [...]. O governo da República destruía as repúblicas sem integrá-las numa república maior que abrangesse todos os cidadãos da cidade (CARVALHO, 2019, p. 39).

Considerando o contexto de autoritarismo, por parte de uma força civilizatória, sobre um núcleo pobre, a imposição de um novo modo de produzir e viver, bem como a desigualdade de poder entre os litigantes, o episódio da invasão do cortiço pela polícia⁴ descrito por Azevedo é análogo ao massacre do arraial de Belo Monte descrito por Euclides da Cunha. Isto indica que a imposição da modernidade, em contradição com as demais estruturas sociais – entendidas pelas classes dominantes como rústicas –, se dava não apenas no antagonismo cidade *versus* campos, como também no interior da própria cidade, em uma relação burguesia liberal *versus* proletariado. Logo, a coexistência de figuras dialéticas que observamos na literatura não se trata de

⁴ A guarda da pólis, o dispositivo repressor do Estado liberal, cuja função é o estabelecimento dos interesses da classe hegemônica e o combate a outros possíveis arranjos econômicos, políticos e sociais

uma estranha anacronia (afinal, ambas as estruturas sociais existiram, simultaneamente e de fato, naquele momento), mas de luta de classes⁵. O confronto entre o novo e o velho, que se antagonizam e se misturam sem indício de síntese, afinal, aborda a ainda vigente contradição entre dois estratos da sociedade (o mundo burguês, que ascendeu ao papel de classe hegemônica quando depôs a aristocracia colonial, *versus* o mundo pobre e negro, que foi utilizado como força de trabalho no Império e, sob o mesmo regime, prosseguiu desempenhando o papel de classe dominada na modernidade).

É indício dessa disputa, no Rio de Janeiro do final do século XIX e começo do XX, a postura arbitrária e nada republicana adotada pelas oligarquias para exercer controle mais intenso e eficiente sobre o território e a população. Entre os positivistas, havia um desmedido maravilhamento pela técnica e pelo progresso, de modo que, para eles, os valores racionais e científicos (perspectiva o mais das vezes classista e racista, por desconsiderar outras formas de pensamento e organização, como observado em Canudos e no exemplo oferecido a seguir) deveriam ser impostos sobre a população a despeito do custo humano. Sob essa lógica, o engenheiro-prefeito Pereira Passos, interventor no Distrito Federal entre 1902 e 1906, solicitou a suspensão dos trabalhos na Câmara de Vereadores por seis meses, a fim de agir livremente e decretar a legislação necessária para as reformas urbanas que expulsaram a população pobre e negra das áreas centrais do Rio.

⁵ Observado por uma metodologia materialista dialética, o episódio da Proclamação da República não apresentou síntese, e sim a permanência de uma mesma contradição. Quer dizer, as transformações da classe dominante (quando burguesia depôs a aristocracia colonial), não findaram as antigas opressões do Império, uma vez que a classe dominada não atingiu a possibilidade de ascensão. Pelo contrário. Dos escravizados ao proletariado assalariado, esta prosseguiu na condição de explorada. Assim, no Quinze de Novembro, alterou-se o sistema político, mas não o antagonismo entre a classe controladora do sistema político-econômico *versus* a sua força de trabalho. E, por meio da impossibilidade de verdadeira síntese, entende-se como o Brasil arcaico adentrou o Brasil moderno e com ele ainda coexiste.

Lima Barreto (1956, p. 204-205), crítico desses processos, ironizou os planos segregacionistas de modernização do Rio de Janeiro. Segundo ele,

projetavam-se avenidas; abriam-se nas plantas squares, delineavam-se palácios e, como complemento queriam também uma população catita, limpinha, elegante e branca: cocheiros irrepreensíveis, engraxates de libré, criadas de olhos azuis, com o uniforme como se viam nos jornais de moda da Inglaterra.

O Rio de Janeiro em modernização, portanto, era um mundo fascinado com a Europa e envergonhado do Brasil; em particular do Brasil pobre e do Brasil negro (CARVALHO, 2019, p. 41). Portanto, em meio às benéficas medidas de higiene pública, assim como as de embelezamento da cidade e às políticas autoritárias e de caráter violento e segregativo, o Distrito Federal engendrou uma modernidade capenga na qual, dialeticamente, a burguesia passeava na Rua do Ouvidor, fazia o *footing* na Avenida Central e vivia o sonho de uma *belle-époque* tropical enquanto a população pobre e negra, por sua vez, em grave crise econômica, sanitária e de moradia, refugiava-se nos morros adjacentes. Com isso, constatamos que a entrada do Brasil na modernidade capitalista não superava sua condição colonial – como se traços de um passado subsistissem, teimosamente, no país em progresso –, mas a reproduzia. Isto é, a burguesia urbana e industrial, ao empregar a violência de Estado e segregar a parcela mais fragilizada da população (aquela saída dos quase quatro século de escravidão), deturpava o projeto republicano e criava, paralelamente à sociedade moderna, um mundo antimoderno, arcaico, miserável e violento.

O exemplo de Canudos é adequado para se demonstrar essa asserção; isto porque o conflito, empresa positivista com a finalidade de civilizar os sertões, se relaciona com o surgimento da primeira favela do Rio de Janeiro, no morro da Providência. O termo “favela”, inclusive, relativo a uma planta farta nos barrancos de Belo Monte (a faveleira), foi introduzido pelos soldados que, ao retornarem de Canudos e não receberem o soldo prometido nem

encontrarem moradia, instalaram-se em um morro e o nomearam Favela da Providência. As casas ali construídas tinham o mesmo formato dos casebres existentes em Belo Monte, conforme relata o historiador Milton Teixeira⁶, mas esse não é o último vínculo entre os barrancos sertanejos e os morros cariocas. Assim como no episódio de Canudos, no contexto da Revolta da Vacina (1904), o governo tentou remover os favelados da Providência; contudo, dissuadiu-se do confronto ao constatar que aquela população era fundamental como mão de obra barata para trabalhar na pedreira, nas obras públicas, no cais do porto e nas usinas da região. Logo, era razoável (e necessário) para as elites permitir que o mundo com características arcaicas aflorasse contíguo à cidade burguesa.

Evidencia-se, assim, a atribuição oferecida pelas classes dominantes ao Estado liberal de, em certa medida e sobretudo no estágio neoliberal, desestabilizar a organização social e política na periferia do seu sistema de poder, de modo a produzir uma miséria calculada e, conseqüentemente, força de trabalho barata. E essa política de desorganização pode ocorrer tanto por meio da ausência do poder público (denegando à população saúde e educação, por exemplo), quanto por meio da presença autoritária, na qual se promovem conflitos armados ou se fixam, para o exercício de controle dos corpos marginalizados, legislações desigualitárias (a política de encarceramento em massa ou a proibição do aborto, por exemplo, que afetam, principalmente, pobres e negros).

A fim de prosseguir, por meio de outro exemplo, a demonstração dessa tese, transportamo-nos a Belo Horizonte, capital planejada ao início da República como modelo de cidade moderna em oposição à colonial e provinciana Ouro Preto. De acordo com o projeto de Aarão Reis para a nova

⁶ CARVALHO, Janaína. Conheça a história da 1ª favela do Rio, criada há quase 120 anos. *G1*, Rio de Janeiro, 12 jan. 2015. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/rio-450-anos/noticia/2015/01/conheca-historia-da-1-favela-do-rio-criada-ha-quase-120-anos.html>>. Acesso em: 04 jul. 2022.

capital, no interior da Avenida do Contorno, logradouro que circunda a cidade planejada, previu-se a construção de amplos bulevares pelos quais circularia a elite política, palácios em estilos neoclássico e eclético, ruas ordenadamente inscritas em uma malha cartesiana, assim como praças e parques públicos. Inspirada na Paris de Haussman, Belo Horizonte tratava-se de uma cidade em que se materializavam os ideais republicanos e liberais. Porém, na sua construção, é evidente um certo continuísmo entre o mundo arcaico e aquele que desejava se projetar como moderno; ou, mais que isso, é evidente como o mundo que desejava se projetar como moderno fomentava, no seu próprio surgimento, as características mais típicas do mundo arcaico.

Por exemplo, na construção dos edifícios da nova capital, em estilo afrancesado, foram empregadas pedras extraídas de um lugar conhecido como Pedreira Prado Lopes, localizado a três quilômetros da Avenida do Contorno. Inaugurada a moderna Belo Horizonte, aqueles que não teriam espaço no interior da cidade planejada, como os operários que trabalharam na construção da capital, além daqueles que serviriam, dali em diante, como mão de obra barata no centro, assentaram-se na pedreira. Constituiu-se, assim, a primeira favela da capital, espaço de baixa renda conhecido por índices elevados de pobreza e criminalidade. Enfim, conforme constatado, a relação entre a Contorno e a Pedreira é simbólica para demonstrar como a criação de um espaço moderno – por meio de um processo exclusivo, todavia – é capaz de gerar espaços tipicamente arcaicos. Ademais, há que se notar que o estabelecimento (não fortuito) desses espaços econômica e etnicamente segregados, paradoxalmente, acompanha a contingência de sua destruição.

Sobre o Morro da Providência, fundado pelas praças de Canudos, Teixeira⁷ destaca um caráter de imanente degradação: “aquela era a única

⁷ CARVALHO, Janaína. Conheça a história da 1ª favela do Rio, criada há quase 120 anos. *G1*, Rio de Janeiro, 12 jan. 2015. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/rio-450->

favela autofágica do mundo, pois consumia o próprio morro onde estava”. Ou seja, os moradores trabalhavam na pedreira que destruía o mesmo lugar onde moravam, até que uma explosão, em 1968, soterrou trinta e seis pessoas, cujos corpos nunca foram localizados. Logo, na modernidade capitalista, tal como fizeram os aristocratas do nosso Antigo Regime, a classe burguesa fabricava a desigualdade e, conseqüentemente, a pobreza (sendo o pobre, majoritariamente, o negro uma vez escravizado na Colônia). E, tendo definido o papel social destes sujeitos como força de trabalho barata, a nova classe dominante percebeu-se no direito de, inclusive, quando julgar conveniente, determinar seu fim. Conseqüentemente, nota-se o fomento de uma mentalidade bárbara na burguesia que deseja ser moderna e, à vista disso, um extenso histórico de primitiva violência do Estado brasileiro contra a própria população pobre, negra e mestiça do país, como nos massacres de Canudos (1896-97), do Contestado (1912-16), de Pau de Colher (1938), no Genocídio Waimiri Atoari (1974-83) ou na invasão da polícia carioca do Complexo do Alemão (2007), como exemplos.

A formação e a luta contra os cortiços, as favelas e os sertões, portanto, é exemplo de um problema colonial (originado no sistema escravocrata) que a modernidade absorveu, reproduziu e agravou em vez de combater. Assim constatamos que, para haver o cenário incorporado por Macedo, é necessário haver o de Azevedo e de Cunha, dado que os comércios requintados, os palácios, os bulevares, assim como os cortiços e as favelas são territórios complementares, formados no mesmo momento histórico e por um processo comum: a expansão da modernidade capitalista. Isto é, como tal sistema econômico é dependente da exploração das forças de trabalho e fomenta a escassez artificial, a Rua do Ouvidor deve criar e se avizinhar da miséria dos

cortiços, das favelas, bem como dos sertões. Além disso, dado que o sistema capitalista é organizado em torno da perpétua expansão de sua cadeia produtiva, de modo a sempre aumentar a produção de bens mercantilizados e acumular lucro, novos territórios e povos devem ser submetidos a este sistema econômico e ideológico, bem como se deve exercer, continuamente, pela presença ou pela ausência, o controle repressivo sobre aqueles já explorados. Com isso, as transformações que ocorriam no Rio ao final do século XIX e início do século XX, enquanto propiciavam a formação de uma classe burguesa, a integração da cidade com outras metrópoles modernas e o saneamento urbano, promoviam, também, ao mesmo tempo, a desigualdade entre as classes e o acirramento das contradições entre diferentes espaços.

Por essas razões, afinal, uma vez que elementos do mundo arcaico, como a miséria e a violência, subsumiam no interior de uma nova sociedade urbana, burguesa e liberal, constatamos nas expressões literárias a coexistência do cacto e do poste de energia, da carroça e do bonde, da Rua do Ouvidor e das caatingas, da pólis moderna e da Tróia de taipa.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Oswald de. “Pobre alimária”. In: *Poesias reunidas*. Rio de Janeiro: Editora Civilização, 1974, p. 120.

BANDEIRA, Manuel. “O cacto”. In: *Estrela da vida inteira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993, p. 127-128.

BARRETO, Lima. *Marginália*. Rio de Janeiro: Mérito, 1956.

BENJAMIN, Walter. *Baudelaire e a modernidade*. Tradução de João Barrento. Belo Horizonte, ed. Autêntica, 2015.

CARVALHO, Janaína. Conheça a história da 1ª favela do Rio, criada há quase 120 anos. *G1*, Rio de Janeiro, 12 jan. 2015. Disponível em: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/rio-450->

[anos/noticia/2015/01/conheca-historia-da-1-favela-do-rio-criada-ha-quase-120-anos.html](https://www.revel.com.br/anos/noticia/2015/01/conheca-historia-da-1-favela-do-rio-criada-ha-quase-120-anos.html). Acesso em: 04 jul. 2022.

CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e política no Brasil*. São Paulo: Todavia, 2019.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. São Paulo: Três, 1984.

MACEDO, Joaquim Manoel de. *Memórias da Rua do Ouvidor*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2005.

NEVES, Erivaldo. *Caminhos do Sertão: ocupação territorial, sistema viário e intercâmbio coloniais dos sertões da Bahia*. Salvador: Arcádia, 2007.

MARX, Karl. *O capital - livro I*. Tradução de Lucas Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011.

RAMA, Ángel. *A cidade das letras*. Tradução de Emir Sader. São Paulo: ed. Boitempo, 2015.

RIO, João do. “A galeria superior”. In: *A alma encantadora das ruas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 203-207.

SCHWARZ, Roberto. “A carroça, o bonde e o poeta modernista”. In: *Que horas são?* São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 11-28.

Recebido em 18/08/2022.

Aceito em 15/11/2022.